



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### ATA N.º 20

#### 13.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos 29 dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, que presidiu à sessão, **Eugénio Barbosa** (em substituição de António Ventura, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, Sara Cidrais Cid, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente, Branca José Janeiro Santana, Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Ana Luísa Mieiro Carneiro, Luís Miguel Páscoa Alentejano, **António Parente** (em substituição de Sílvia Relvas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Diogo Júlio Serra, Vera Alexandra Caixeiro, **Marília Lacão** (em representação de Luís Miguel Candeias Ricardo, nos termos da alínea c), do artigo 18.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Manuel Joaquim Lacão Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, **Joaquim Rebelo** (em representação de Artur Jorge Coelho Correia, nos termos da alínea c), do artigo 18.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação). -----

A Presidente da Mesa, Constantina Henriques, deu por aberta a sessão eram 21:15 horas. Dado que faltava um elemento na Mesa perguntou ao PS, à CDU e ao PSD se algum dos seus eleitos estava disponível para integrar a Mesa . Tendo todos recusado perguntou ao CLIP se algum dos seus membros queria integrar a Mesa tendo-se disponibilizado para o efeito o membro Luís Alentejano. -----

#### Intervenção do público:

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, a Presidente da Mesa da Assembleia informou o público presente na sala, que em Conferência de Representantes tinha sido definido que o período de intervenção dos cidadãos era de 20 minutos. Tendo sido perguntado aos presentes se alguém pretendia intervir, não houve qualquer manifestação nesse sentido, pelo que se passou ao período seguinte, de antes da ordem do dia. -----

#### Período antes da ordem do dia:

A Presidente da Mesa deu conhecimento do expediente recebido, bem como dos pedidos de substituição e representação, aos membros presentes na sala. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Hugo Capote disse que o seu grupo partidário tinha algumas moções para apresentar ali, pretendendo com algumas delas que aquela Assembleia Municipal tomasse uma posição política sobre algumas questões que lhes pareciam importantes. -----

### **1ª Moção da CDU:**

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre vêm propor uma moção a ser enviada ao Sr. Primeiro-Ministro de Portugal, Dr. António Costa, ao Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Dr. Pedro Marques e a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, em que a Assembleia Municipal de Portalegre solicita aos responsáveis pelo poder executivo em Portugal que prossigam e executem cabalmente a resolução 23/2016, aprovada por unanimidade pela Assembleia da República, na qual se recomenda a total reposição do serviço público de transporte de passageiros, na Linha do Leste, em todo o seu percurso e ainda a apresentação de medidas de melhoramento da circulação ferroviária na já referida linha.

Mais solicitamos que a reposição da circulação de passageiros tenha em conta horários e a disponibilização de condições de conforto e de qualidade de serviço, que permitam aos cidadãos deste região do País a existência de uma real e efetiva alternativa ao transporte rodoviário, o único de que dispomos, por forma a diminuir o acentuado isolamento de que toda a região sofre.

Compreendemos os constrangimentos financeiros que afetam as finanças do País, mas a atual conjuntura política em que vivemos, baseada numa Assembleia da República muito participada e por onde voltaram a passar a definição das grandes questões político-estratégicas para o futuro de Portugal, tem de conseguir dar resposta aos portugueses, nomeadamente os portalegrenses que aguardam, com esperança, novos sinais deste tempo que vivemos.”

Perguntado aos presentes se queriam pronunciar-se Cristóvão Crespo disse que a moção apresentada pela CDU, embora merecesse o acolhimento do seu partido, queria deixar no entanto expresso que na altura em que foi repostado o serviço ferroviário na Linha do Leste, as outras forças políticas desvalorizaram-no e entenderam-no como um ato de propaganda político-partidária. -----

A moção foi colocada a votação.-----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças aprovar a moção.-----

### **2ª Moção da CDU:**

“Considerando que a proposta do Orçamento de Estado para 2016 elimina alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das autarquias locais, designadamente no domínio da gestão do pessoal ao seu serviço, e minimiza outros como aspetos relacionados com a execução da lei dos compromissos ou com a consignação forçada de algumas receitas, mantém um quadro geral de deveres de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

informação e um regime sancionatório próprios do exercício de tutelas de mérito e integrativa que a Constituição da República expressamente veda.

Persiste no crónico incumprimento da lei das finanças locais, avaliada em cerca de 300 milhões de euros às autarquias, tão mais incompreensível quanto a abrupta redução das receitas a que foram sujeitas, quer com imposição da nova lei das finanças locais, quer com os cortes impostos desde 2011.

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida a 29 de fevereiro, delibera:

1. Saudar e valorizar as disposições que visam eliminar ou minimizar alguns dos constrangimentos à autonomia do poder local, designadamente quanto à eliminação de consignações e às restrições à contratação de pessoal;
2. Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às autarquias locais e reclamar o cabal respeito pela lei das finanças locais;
3. Reclamar medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspetiva e reponham um quadro conforme o regime de autonomia prescrito pela Constituição da República.”-----

Perguntado aos presentes se queriam pronunciar-se e não tendo havido intervenções a moção foi colocada a votação.

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, em 27 presenças com 25 votos a favor e duas abstenções (PSD) aprovar a moção. -----

### 3ª Moção da CDU:

“O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social.

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação, durante a segunda conferência internacional de mulheres em Copenhaga, em 1910, de um dia internacional da mulher são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, no dia da ação das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação.

Em Portugal iniciou-se um caminho de recuperação de rendimentos e de direitos, que têm estado na base na luta travada nos últimos quatro anos e que têm importância para a melhoria da qualidade de vida das mulheres:

- A reposição do horário de trabalho das 35 horas semanas, na função pública;
- O aumento do salário mínimo nacional;
- A reposição dos quatro feriados suspensos;
- O direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez, sem pressões nem condicionamentos;
- A eliminação das penhoras e hipotecas das habitações, em execuções fiscais.

É um caminho que importa prosseguir e consolidar e que não dispensa que as mulheres se assumam como sujeitos ativos, na luta para responder aos problemas mais sentidos e de concretização da igualdade na lei e na vida.

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em 29.02.16, apela às mulheres para que com a sua determinação, coragem e confiança no futuro comemorem o “Dia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Internacional da Mulher” honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa e livre de desigualdades e de discriminações.”

Perguntado aos presentes se se queriam pronunciar sobre a moção, Cristóvão Crespo disse que no início da moção onde se dizia : “...luta das mulheres trabalhadoras” Se deveria dizer-se: “...luta de todas as mulheres”.-----

Não tendo havido qualquer proposta de retificação à moção a Assembleia Municipal a mesma foi colocada a votação.

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a moção.-----

Hugo Capote pedindo de novo para intervir lembrou que na reunião da Conferência de Representantes tinham discutido a possibilidade de se vir a introduzir, ou não, um ponto na ordem de trabalhos, dependendo da votação na Assembleia. Portanto, se o ponto não fosse introduzido, o seu grupo gostaria de ali apresentar o assunto como sendo uma moção. Referiu que a CDU pretendia que a Assembleia se pronunciasse acerca da adesão e participação no congresso da AMALENTEJO, que iria decorrer no princípio do mês de abril e até de estender a participação a toda a sociedade civil, principalmente aos Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho, aos representantes dos grupos culturais e desportivos, uma vez que o que se pretendia era discutir o Alentejo, com o máximo número de vozes possível.

A Presidente da Mesa perguntou em que moldes estava a CDU a pensar a referida participação daquela Assembleia Municipal.-----

Hugo Capote disse que a proposta seria que a Assembleia Municipal aderisse à AMALENTEJO, convidando todos os seus membros a aderirem também, individualmente e também que a Assembleia se inscrevesse, enquanto órgão, no congresso a realizar em Tróia. -----

João Cardoso disse que a CLIP via a adesão daquela Assembleia como uma mais-valia e achavam que também a participação da população seria importante e vantajosa, por forma a representar toda a região. Votariam favoravelmente. -----

A Presidente da Mesa informou o Plenário que, nesta sede, se iria começar por votar apenas a introdução do ponto na ordem de trabalhos..-----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a introdução do assunto atrás apresentado, na ordem de trabalhos, discutindo-o no final.-----

No uso da palavra, Diogo Júlio disse ainda que gostaria que todos os grupos municipais assumissem esta questão como sendo sua, de modo a ser a Assembleia Municipal a tomar aquela posição. A ideia seria a adesão a AMALENTEJO e juntando vontades, recuperar o que havia de melhor no espólio do congresso do Alentejo,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

criando políticas nacionais de desenvolvimento regional, que faziam muita falta ao interior do país. -----

A Presidente da Mesa disse que seria de todo o interesse que houvesse uma representatividade e envolvimento total daquela Assembleia, mas que o assunto seria votado no final. -----

- Petição “Salvem a Robinson!” - CDU

Hugo Capote disse que trazia ali uma petição e que o que pretendia era que todos os presentes assinassem a petição denominada “Salvem a Robinson!”, património industrial corticeiro e realçou que a mesma não tinha nada a ver com a Fundação Robinson. O intuito era o de levar o assunto do património da fábrica a ser discutido na Assembleia da República, uma vez que nos próximos anos, a Câmara Municipal de Portalegre ou as entidades locais não tinham possibilidades financeiras de manter a gestão daquele espaço. O património em causa era suficientemente importante para poder ser candidatável e salvo. Para tal, precisavam de 4.000 assinaturas, para ser discutido e para tirar o assunto da esfera da Fundação Robinson e da gestão local, já muito pessoalizado. De seguida, pediu para distribuir as folhas pelos membros da Assembleia presentes, apelando para que lessem a petição e assinassem, se concordassem, o que lhe foi autorizado, para que se percebesse o seu conteúdo. -----

Perguntado se algum dos presentes queria pronunciar-se, Luís Testa disse que, mesmo sem ter ainda lido o texto em questão, subscreveria o que disse Hugo Capote. Contudo, do ponto de vista oficial, se a Assembleia subscrevesse uma petição seria a assunção da sua própria incapacidade política, para submeter os assuntos pela via institucional. Portanto, com a naturalidade que subscrevia a moção, solicitou que a mesma não constasse da ata, porque revelaria falta de força política dos órgãos do Município. Mais acrescentou que não só assinaria a petição, como seria portador da mesma e das preocupações nela vertidas, perante os Ministérios respetivos. No entanto, achava que, do ponto de vista institucional, deveriam salvaguardar a honorabilidade do órgão que representavam. -----

A Presidente da Mesa perguntou se algum dos presentes via algum inconveniente em que a petição fosse assinada posteriormente e que a proposta do membro Luís Testa fosse aceite, exceto na parte da mesma constar da ata, o que veio a ser aceite por todos os presentes. -----

Hugo Capote pediu a palavra para apelar ainda aos presentes que, enquanto cidadãos, assinassem também aquela petição, aceitando que não seja o órgão Assembleia Municipal a deliberar sobre a dita petição, concordando assim com a leitura feita pelo membro Luís Testa. -----

Cristóvão Crespo disse também que a questão colocada pela CDU era importante e concordava com a mesma, mas deveria ser assumida pelos membros da Assembleia, enquanto pessoas individuais. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Mesa disse que, depois de terminar a sessão, quem quisesse assinar então a respetiva petição. -----

### **4ª Moção da CDU - Portagens A23**

Hugo Capote disse que era importante que a Assembleia tomasse posição sobre a eliminação das portagens na A23. Entendia que aquele assunto poderia ser enquadrado numa questão mais abrangente, a qual tinha a ver com as ligações de Portalegre aos mais importantes eixos rodoviários que nos serviam. A conclusão do IC13 era claramente uma via estruturante, tal como a ligação à A2. Portanto, a CDU pretendia que fosse aprovada uma moção sobre aquelas questões rodoviárias. -----

Luís Testa pediu entretanto a palavra e disse que, nos próximos tempos deveriam ter um pensamento estratégico sobre aquilo que se pretendia fazer quanto às vias de comunicação, quer rodoviárias, que ferroviárias. Salientou que dentro de pouco tempo estariam a discutir a elaboração do próximo quadro comunitário de apoio e que se os investimentos que se defendiam para o distrito não estiverem lá consignados, dificilmente poderiam ser executados. Na sua ótica, deveriam pois concentrar-se para que, nos próximos meses, fosse possível sustentar a posição do Município de Portalegre, conjuntamente com os restantes municípios da CIMAA e com todas as comunidades intermunicipais adjacentes, para que se reivindicasse a favor de estarem consignados no quadro comunitário de apoio todos os investimentos fundamentais. Mais disse que o intuito seria concluir o Plano Nacional Rodoviário, o qual continha as rodovias já mencionadas, assim como um Plano Nacional Ferroviário, para que nele constem as ligações em ferrovia para o distrito de Portalegre. Portanto, mais do que moções que possam ser endereçadas ou levadas à Assembleia da República, o Município devia ter uma posição política, devidamente alicerçada e trabalhada com as comunidades intermunicipais, de modo a que as obras venham a ser feitas. -----

Hugo Capote disse que estavam a falar de dois planos diferentes. Um tinha a ver com uma questão estratégica que tinha de ser repensada e a outra que iria ser discutida brevemente na Assembleia da República, que era a abolição das portagens na A23, por proposta do Partido Comunista. Relembrou que foi na sequência daquela proposta que os concelhos servidos pela A23 começaram a debater aquela questão. A CDU considerava importante que relativamente a esta questão, quando for discutida na A.R., haja uma tomada de posição, do concelho de Portalegre, não só por parte da Câmara, como por parte da Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra, João Cardoso disse também que estavam ali a misturar dois planos e que por causa da situação da A23 se estava a desvalorizar a questão do IC13, o qual, na sua opinião, era mais importante, visto que Portalegre estava no principal eixo, sem portagens, entre Lisboa e Madrid. A conclusão do IC13 era fundamental para o desenvolvimento da Região. Já se andava há muitos anos para concluir a variante a Estremoz, que considerava essencial para Portalegre, assim como também se andava já há muitos anos a passar por dentro dos Fortios. No entanto, nunca seria demais o facto de chegarem moções a quem decide, acerca daquelas situações fulcrais. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que, pelas palavras proferidas anteriormente, parecia tudo simples de resolver. Contudo, a situação em concreto era mais complicada e meter todo aquele conjunto de ambições no mesmo “saco”, não seria a melhor maneira. Relativamente às portagens da A23, referiu que não se importava de as pagar, pois era sinal de que existia auto-estrada até Portalegre; quanto ao IC13, reconheceu que era importante e lembrou que o estudo prévio ainda foi feito, a partir da Ponte de Sor até à Ponte Vasco da Gama. Infelizmente, o que se verificou foi um programa de subconcessões rodoviárias em que ficaram obras por fazer e a de Portalegre simplesmente desapareceu do papel. Concluindo, disse estar otimista, em face daquelas discussões, pois brevemente todos os projetos necessários iriam sair do papel. -----

Luís Testa disse que na intervenção do membro Cristóvão Crespo vislumbrava uma ironia própria de quem desejava que tudo corresse mal. Lembrou aquele membro da Assembleia que embora tivessem havido concessões que foram interrompidas a meio, também houve a concessão do Alto Alentejo que foi concluída e deixou pelo menos 35 km de estrada, que era o IC13. Mais disse que o membro Cristóvão Crespo deveria ter dito ali que, na preparação do anterior quadro comunitário, não tinha sido colocado um único projeto para o Alto Alentejo. Portanto, entendia que se tinham de colocar as questões como deve ser e chamar-se a atenção para a necessidade imperiosa de no próximo QCA se poder contratualizar as rodovias e ferrovias que eram imprescindíveis. Quanto à questão das portagens, referiu que defendia a posição de que deveria haver uma discriminação positiva, relativamente aos habitantes das regiões mais desfavorecidas no interior e que o PS era a favor do princípio do pagador mitigado, ou melhor, que não deveria haver uma responsabilização total pela participação da obra, mas sim um desagravamento dos custos quanto à utilização por parte das pessoas e empresas residentes nesta zona. -----

Hugo Capote interveio de seguida para dizer que o ponto que a CDU ali tinha levado há cerca de dois anos, aprovado por aquela Assembleia, tinha sido na sequência do reconhecimento angustiante de que os dois planos de investimento do PS e do PSD/CDS apresentaram, pelo facto de não terem uma única linha de investimento rodoviário ou industrial para o concelho de Portalegre. Em resumo, o que a CDU precisava para a moção que ali apresentavam era tão somente que a Assembleia Municipal de Portalegre tomasse uma posição no sentido da eliminação das portagens na A23, para que fosse consumada uma discriminação positiva para o distrito, em que os empresários da região não ficassem prejudicados ao comprar e ao venderem os produtos para fora da mesma, visto não terem uma via alternativa em condições para tal. Acrescentou que a proposta era também no sentido de que fosse concluído o IC13, o qual era uma via rodoviária estratégica bastante importante na ligação a Lisboa. -----

Cristóvão Crespo voltou a realçar que considerava os temas importantes. Mais referiu que o IC13 tinha sido concluído porque houve um foco na sua conclusão, no tempo do PS. Contudo, o lançamento do concurso e os trabalhos prévios tinham sido anteriores à obra física em si. O ponto da situação da subconcessão do Alto Alentejo aparecia na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

resolução do conselho de ministros e quem a tinha extinguido tinha sido o governo PS. Disse ainda que em relação à rodovia, o PETI era muito residual; mas quanto à ferrovia, tinham um dos projetos mais importantes do país, que era o projeto de Sines-Caia. -----

No uso da palavra, Rui Simplício disse que o passado tinha sido triste para o interior, nos últimos quatro anos. Portanto, tinha sim interesse em discutir o futuro. Congratulava-se pelo facto de ali terem aprovado, por unanimidade, a moção que dizia respeito à ferrovia. Quanto à rodovia, salientou que o IC já era falado há muitos anos e havia aqueles que diziam que faziam, mas na verdade até suspendiam as obras. Por outro lado, lembrou uma das obras mais importantes para a região, que foi a barragem da Apartadura, a qual foi lançada durante o governo de Cavaco Silva que entretanto parou, mas que depois foi retomada. Perguntou aos membros da CDU se estariam disponíveis, relativamente à abolição das portagens na A23, para em vez de na moção colocarem “não pagamento” colocassem “uma discriminação positiva, relativamente ao concelho de Portalegre, que podia ir até ao não pagamento” e que se tal fosse acolhido votaria favoravelmente a moção. -----

No uso da palavra, João Cardoso, quanto ao plano rodoviário nacional, lembrou que os projetos que estavam feitos para a IC13, estavam feitos da Ponte de Sôr até Lisboa. A ligação de Portalegre a Valência de Alcântara não tinha qualquer projeto, não existia no plano nacional, enquanto do lado de Espanha estava projetada uma autovia desde Cáceres até Valência. Portanto, aquilo que se tinha de reivindicar era a ligação efetiva de Lisboa a Madrid, passando por Portalegre, por uma via gratuita e trazendo para cá o centro de toda uma rodovia, em termos da Península Ibérica. Portalegre está situada num canto e as rodovias passam-lhe ao lado. Na sua opinião, as portagens da A23 e o IC13 eram questões distintas e custava-lhe votar um ponto que misturava as duas. -----

A Presidente da Mesa perguntou à CDU se via algum problema em ponderar a proposta do PS, de aceitar a discriminação positiva e se via alguma possibilidade de alterar a proposta ou se desejava mantê-la, nos seus termos iniciais, para ir a votação. -----

Hugo Capote, em nome do seu grupo partidário, disse que se deveria deixar a democracia falar. Para a CDU o mais importante era que, na próxima Assembleia da República, pudesse haver uma posição do concelho de Portalegre, independentemente da questão do plano rodoviário e da sua importância para o distrito e prupunha que, uma vez que havia diferentes opções, se votassem todas. Realçou que a CDU foi sempre contra as portagens na A23. -----

A Presidente da Mesa, tendo em consideração de que a CDU pretendia manter a proposta, disse então que iria passar à votação das várias propostas. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse que sendo assim, o PS também queria apresentar uma moção, com texto idêntico ao da CDU e com a alteração sugerida pelo membro Rui Simplício, para que pudesse ali ser votada e aprovada. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

João Cardoso disse que a CLIP também tinha uma moção, do género, embora mais abrangente, para apresentarem. -----

A Presidente da Mesa disse que, existindo três moções idênticas, faria mais sentido, do ponto de vista institucional, que os grupos municipais chegassem a um entendimento para ser enviada somente uma moção. Perguntou novamente aos membros se poderiam concertar esforços para se entenderem propondo um intervalo para tentarem encontrar uma moção comum, no que a Assembleia anuiu.-----

Os trabalhos foram suspensos durante 10 minutos. -----

A Presidente da Mesa recomeçou a sessão e deu novamente a palavra à CDU.-----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que o texto que tinham consensualizado para efetuar uma moção conjunta foi o seguinte que passou a ler:

### **Moção sobre os eixos rodoviários determinantes para Portalegre**

“A Assembleia Municipal de Portalegre considera fundamental a conclusão do IC 13, em toda a sua extensão, via estratégica determinante para possibilitar a melhoria das ligações de Lisboa a Madrid, tornando Portalegre um ponto central na ligação entre estas duas capitais.

Mais se propõe a criação de um fator de discriminação positiva para o Distrito de Portalegre, propondo uma tendência para a gratuitidade das portagens na A23 em todo o seu trajeto, como via estruturante para o nosso concelho.”

**Deliberação:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a moção conjunta. -----

A Presidente da Mesa perguntou se mais alguém queria intervir e solicitou que fosse breve, tendo em conta o tempo já decorrido neste período de antes da ordem do dia.

### **Moção - CLIP (João Cardoso)**

“Tendo a Assembleia da República aprovado na generalidade o Orçamento de Estado para 2016, apresentado pelo Governo do Partido Socialista, a bancada da Candidatura Livre e Independente por Portalegre na Assembleia Municipal de Portalegre entende ser oportuno reiterar aqui algumas das aspirações e reivindicações do nosso município e da nossa região (algumas mais recentes, outras bem antigas...).

Fazemo-lo numa perspetiva proactiva e construtiva, tendo já inclusivamente, e nalguns casos, sinais positivos da atenção e da preocupação com que o atual Governo olha para as mesmas.

Não podemos também deixar de referir aqui que, e entre outros membros do Governo, quer o Senhor Primeiro-Ministro (quando exerceu, por exemplo, os cargos de Ministro da Justiça ou de Ministro da Administração Interna), quer o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Dr. Pedro Marques, que foi deputado



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

eleito pelo círculo eleitoral de Portalegre, certamente conhecem bem muitos dos problemas com que nos debatemos e que seguidamente identificamos.

Temos ainda presentes, por outro lado, e no que diz respeito ao Alto Alentejo, alguns dos compromissos eleitorais assumidos pelo Partido Socialista aquando da campanha das últimas legislativas; bem como o facto de o Senhor Deputado Luís Testa, em recente reunião do Conselho Intermunicipal da CIMAA, em que esteve presente, ter manifestado total disponibilidade para colaborar com esta entidade, e com todos os municípios que a integram, no sentido, nomeadamente, de ser uma voz ativa dos mesmos na Assembleia da República (postura que obviamente saudamos).

Dito isto, consideramos de vital importância que Portalegre (cidade, município e região) consiga, se possível a uma só voz e de uma forma articulada entre as suas várias instituições e “atores”, ao nível político mas também, e entre outros, ao nível económico e social, lutar por aspectos como:

1. A defesa do ensino superior politécnico, por via obviamente, e no nosso caso, da defesa e do reforço do papel e da capacidade do Instituto Politécnico de Portalegre e das suas várias unidades orgânicas;
2. O reinvestimento no regadio, através, nomeadamente, da construção da Barragem do Pisão;
3. A conclusão do IC 13 e a requalificação da ligação rodoviária entre Portalegre e a fronteira de Caia;
4. A manutenção do transporte ferroviário de passageiros na Linha do Leste, em toda a sua extensão, com horários alargados e material circulante compatível com o século XXI em que já vivemos há 16 anos;
5. A defesa de um ensino público e de um Serviço Nacional de Saúde de qualidade e acessíveis a todos os habitantes do distrito;
6. A defesa do acesso à Justiça, em todas as suas competências e especializações, em condições de igualdade relativamente a outras regiões e a outros cidadãos portugueses;
7. A manutenção e requalificação do Centro de Formação de Portalegre da Guarda Nacional Republicana.

Para fixar população e para atrair novos residentes (um dos maiores desafios com que o Alentejo se encontra confrontado, como dados divulgados recentemente bem demonstram) é necessário apoiar e dar mais força aos investimentos que, aos mais variados níveis já existem, e sobretudo atrair mais (muito mais) e novos investimentos. Mas como nada disto nos “cai do céu” (passe a expressão), tal desiderato só será possível com mais e melhores condições em termos de acessibilidades e, afinal, com mais e melhores condições de vida e mais e melhor qualidade de vida.

É este o repto que, sob a forma de moção, aqui deixamos e que, caso a mesma obtenha aprovação, deverá ser enviado a S. Ex.<sup>a</sup> o Primeiro-Ministro, a S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares dos partidos representados na Assembleia da República.”

Perguntado aos presentes se queriam pronunciar-se não houve intervenções, pelo que foi a mesma colocada a votação.

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a moção.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### Moção - CLIP

“Durante o período de assistência a que o País esteve sujeito, as autarquias locais contribuíram, decisiva e reconhecidamente, para a redução da dívida do Estado e para o reequilíbrio das contas públicas; facto de que nem todas as entidades públicas e organismos do Estado se podem orgulhar.

É por isso importante que, nesta nova fase da vida nacional, sejam equacionadas e implementadas algumas novas regras, nomeadamente em termos de autonomia e de financiamento local, que permitam às autarquias locais ultrapassarem o espartilho financeiro a que têm estado sujeitas. O financiamento local tem que ser compatível com as competências que as autarquias assumem (ou venham a assumir) e tem que estar ao serviço da satisfação das necessidades das populações, do desenvolvimento regional e da coesão territorial, como aliás sucede na maior parte dos países europeus, nomeadamente os mais desenvolvidos, que apresentam índices, em termos de participação na receita pública, incomparavelmente mais elevados do que os verificados em Portugal. Quer isto dizer que o financiamento das autarquias deve funcionar efetivamente como “mola” real de desenvolvimento local e regional e que não pode ser apenas encarado como um instrumento de que o Governo central se serve em determinadas ocasiões, para tentar colmatar as suas próprias dificuldades.

Nesta área, e independentemente de outras propostas que possam vir a ser apresentadas e discutidas, uma das medidas pelas quais a Associação Nacional de Municípios Portugueses mais se tem batido (e que subscrevemos) prende-se com a introdução de alterações no que diz respeito à participação das autarquias nos impostos do Estado (e falamos, nomeadamente, no IRS, IRC e IVA), cuja repartição deve seguir critérios que visem acima de tudo promover a igualdade social e a coesão territorial. Também a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (que tem algumas óbvias virtuosidades) pode e deve ser revista e expurgada dos seus aspectos mais gravosos e dos bloqueios que, por motivos que não sejam aceitáveis, introduz na atividade autárquica; tornando-a, ainda que continuando a ser exigente, mais equilibrada e mais racional.

Uma outra questão que queremos abordar prende-se com o endividamento autárquico. Atualmente, e nos termos do n.º 1, do Artigo 52.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais de um município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar (em 31 de dezembro de cada ano) 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Com base neste índice, torna-se necessário distinguir aqui as seguintes situações, no que respeita a mecanismos apoio financeiro e de renegociação de dívidas financeiras:

1. Nas autarquias com dívida total acima de 3,00 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores será obrigatório o recurso ao FAM;
2. As autarquias que apresentem uma dívida total entre 2,25 e 3,00 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores poderão recorrer, de forma facultativa, ao FAM;
3. As autarquias cujo valor da dívida se encontrem entre 1,5 e 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

podem recorrer ao FAM, não se encontrando previsto o recurso a qualquer outro mecanismo.

Ora, estes critérios são, em nosso entender, claramente penalizadores para a Câmara Municipal de Portalegre; na medida em que, “caindo” neste intervalo de autarquias cuja dívida total de operações orçamentais se situa entre o 150% e 225% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos, se vê na prática impedida de recorrer a qualquer tipo de mecanismo de apoio ou de renegociação de dívida financeira.

Consideramos por isso (e acreditamos que o atual Governo seja sensível a estas questões, nomeadamente através do seu Secretário de Estado das Autarquias Locais... ele próprio um ex-autarca com vasto curriculum e experiência e portanto com conhecimento direto destas realidades) que é urgente dotar os municípios que se encontram neste último grupo de mecanismos que permitam a renegociação da sua dívida financeira (nomeadamente, e de forma direta, junto dos seus credores), desde que, por exemplo, os mesmos tenham nos dois anos anteriores reduzido, no mínimo, 10% do valor da sua dívida em excesso.

Mais do que um qualquer caderno reivindicativo, este conjunto de ideias e de propostas que aqui deixamos pretende servir, sobretudo, como base de discussão e de debate, numa primeira fase entre todos os eleitos dos órgãos autárquicos do nosso município, com vista à identificação de alguns consensos e pontos de vista comuns e que, acima de tudo, salvaguardem Portalegre e os Portalegrenses e, posteriormente (caso o teor desta Moção venha a ser aprovado) enviado a S. Ex.<sup>a</sup> o Primeiro-Ministro, a S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Finanças, a S. Ex.<sup>a</sup> o Secretário de Estado das Autarquias Locais, a S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares dos partidos representados na Assembleia da República.”

Lida a moção e perguntado aos presentes se queriam pronunciar-se Luís Testa disse estar de acordo com o documento, o qual achava interessante, mas sugeriu duas alterações: no início substituir virtualidades por virtuosidades, e que se incluísse na lista de remessas, o Ministro Adjunto.-----

João Cardoso disse que em nome da CLIP aceitava as alterações sugeridas.-----

Não havendo mais intervenções, a moção foi colocada a votação.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a moção da CLIP.-----

### **Declaração política - PSD (Cristóvão Crespo)**

“Ao longo dos anos, independentemente dos Governos, todos expressamos o nosso capital de queixa, da nossa região e de regiões como a nossa, por parte do Poder Central.

Reiteradamente, e com razão, apontamos o dedo por falta de atenção aos nossos problemas específicos e a maior parte das vezes no domínio da satisfação nas necessidades mais básicas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O fornecimento de água às Populações é uma dessas necessidades básicas e prioritárias que não podem deixar de estar sempre presentes nas preocupações de quem governa, seja a que nível for.

O modelo de gestão de distribuição em alta, vigente até há pouco tempo, podendo concordar-se mais ou menos, foi um ponto de partida.

Contudo, encontrava-se esgotado e a necessitar de profunda reformulação.

A reorganização territorial e corporativa do setor era urgente para a:

- Redução de custos;
- Obtenção de ganhos essenciais à sustentabilidade das entidades gestoras;
- Qualidade dos serviços prestados;
- Contenção das tarifas.

Visando a promoção da equidade territorial e a coesão social por via da harmonização tarifária.

A situação que se vivia era um cenário de défice tarifário que chegava aos 600 milhões de euros e de dívidas dos municípios a chegar aos 500 milhões.

A reestruturação do setor das águas, decidida pelo XIX Governo Constitucional, do PSD e do CDS, veio assim trazer esperança fundada de encontrar solução para os problemas que se vinham avolumando no setor.

Não compreendem por estes motivos, os eleitos do PSD na Assembleia Municipal de Portalegre, que o atual Governo possa colocar em causa tal processo.

Tanto mais que com esta reestruturação se caminhou para a harmonização tarifária dos serviços de água e saneamento, entre o interior e o litoral, colmatando as assimetrias do cenário que existia, em que os municípios do interior chegavam a pagar o triplo do que era pago pelos municípios do litoral.

As tarifas já estão a descer em três quartos dos municípios subindo apenas num quarto das autarquias ao longo dos próximos cinco anos.

Esta racionalização e agregação já permitiram reduzir em 2015 as tarifas em 13,26 euros no fornecimento de água aos municípios.

Reverter a reestruturação do setor das águas é um atentado às Populações e Municípios do Interior do País, e os eleitos do PSD na Assembleia Municipal de Portalegre não podem deixar de exortar os Órgãos Autárquicos do Concelho a defender esse interesse.”-----

Luís Testa, pedindo a palavra para intervir de seguida, disse que o membro Cristóvão Crespo devia ter optado por ter elaborado uma moção com o teor daquela intervenção, mas decidiu qualifica-la como declaração política. Se fosse como moção precisaria de ser ali votada. No entanto, enquanto declaração política, bastaria ouvi-la e concordar ou discordar. Posto aquilo, mostrou total discordância quanto à mesma e às apreciações nela feitas, porque eram confundidas duas realidades completamente distintas: a aplicação de um mecanismo, com o qual não estava minimamente de acordo e que era a perequação (permitia a redistribuição dos custos de abastecimento da água e a diluição dos custos dos consumidores, nas regiões onde a distribuição tinha menos consumidores, mas mais cara por consumidor, no custo global de todos os consumidores a nível nacional); - a outra era referente ao sistema encontrada pelo anterior governo e que visava a agregação dos modelos multimunicipais a empresas de maior escala, que não tinham como base a aplicação da perequação. Mais referiu que o modelo encontrado pelo anterior governo só tinha um objetivo, que era o da privatização da distribuição da água. Relativamente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

àquele modelo, não poderia deixar de estar contra e manifestar total discordância na Assembleia Municipal de Portalegre. -----

Hugo Capote disse ter percebido porque é que o membro Crespo não tinha posto aquela questão como uma moção, pois a mesma seria naturalmente chumbada. Além do que foi dito, ressaltou que um eleito daquela Assembleia Municipal tinha acabado de defender um modelo de gestão, que tirou a sede de uma empresa que geria as águas da nossa cidade e do nosso distrito, para a colocar na Guarda. Perguntou se aquilo era prestar um bom serviço ao concelho e que as palavras ficavam com quem as pronunciava. -----

Cristóvão Crespo disse que o PSD tinha legitimidade para escolher os mecanismos regimentais que utilizava no seu debate político. Quanto à questão da privatização, achava que não fazia sentido o que foi dito pelo PS, uma vez que eram eles o governo atual. Disse ao membro Luís Testa que não havia perequação nenhuma e não era por acaso que aos grandes municípios foi tirado algum benefício, para poderem redistribuir pelos que tinham poucos habitantes. O que se verificou desde junho do ano passado foi um decréscimo do custo do fornecimento de água, em alta. O PSD entendia que reverter tal situação seria um absurdo. -----

Terminadas as intervenções, João Janeiro disse que gostaria de deixar um agradecimento. Ao ter tido conhecimento de que o engenheiro Joaquim Ferreira tinha deixado de exercer as funções de chefe de divisão, na Câmara Municipal de Portalegre, o executivo da Junta de Freguesia de Urra quis deixar expresso, publicamente, o reconhecimento e o agradecimento pelo trabalho desenvolvido em prol da freguesia, da total disponibilidade sempre prestada, os seus conselhos técnicos, bem como realçar o ótimo relacionamento que, ao longo de mais de 10 anos, existiu entre o mesmo e a equipa que chefiou, com aquela Junta de Freguesia. Por isso em nome do executivo da Junta de Freguesia de Urra desejou ao engenheiro Joaquim Ferreira os maiores sucessos, quer pessoais, quer profissionais, e disse que continuariam a contar com ele. -----

### **ORDEM DO DIA:**

#### **1 - Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Presentes os relatórios do executivo camarário respeitante à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

Dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para apresentar a informação sobre a atividade municipal, a mesma quis realçar algumas visitas: da Secretária de Estado da Justiça, para se inteirar das questões relacionadas com as obras do Tribunal da Comarca de Portalegre, as quais iriam ser adjudicadas em 60 dias; do Ministro da Administração Interna, que na altura do juramento de bandeira, esteve também no edifício da Câmara, onde lhe foram colocadas várias questões, de modo a ter conhecimento dos problemas do concelho. Referiu ainda a visita da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Secretária de Estado da Modernização Administrativa, a qual fez uma sessão de esclarecimento sobre o SIMPLEX e a visita do Presidente da República, que escolheu Portalegre para fazer a despedida pública, a nível nacional, tendo visitado o Centro de Formação da GNR. Por último realçou a visita do Ministro da Cultura, que veio visitar a Manufatura das Tapeçarias, tendo manifestado preocupação acerca da viabilidade e sustentabilidade das mesmas. Portanto, esperava que aquele conjunto assinalável de visitas fosse consequente. -----

Terminada a sua intervenção e devolvida a palavra ao Plenário, Cristóvão Crespo disse ser inaceitável, da parte da Câmara Municipal, mais propriamente da Sr.<sup>a</sup> Presidente, a forma como utilizava os meios de divulgação de informação da Câmara que deveriam ser veículos ao serviço dos cidadãos, com campanhas políticas difamatórias. Reconhecia a legitimidade aos membros da Câmara para se expressarem, mas manifestava publicamente o seu desagrado, relativamente aquilo que foi feito em relação a uma tomada de posição do PSD, no mês de janeiro e em relação à votação do orçamento municipal, considerando completamente inaceitável a forma e os veículos utilizados. O site da Câmara Municipal de Portalegre não deveria servir de veículo de campanha política daquele executivo, tal como o facebook. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse que, enquanto membro independente da Assembleia Municipal, ficou agradado pelo facto de o atual Governo ter tomado posse e de, entretanto, Portalegre ter sido visitada por um conjunto dos seus membros. Desejou que tais visitas se pudessem traduzir em benefícios para a cidade e para os portalegrenses. -----

Luís Testa disse ter estado presente em algumas dessas visitas ocorridas e que alguns dos dossiers não eram fáceis, até mesmo pela quantidade de absurdos cometidos ao longo dos últimos tempos. Quanto à visita da Secretária de Estado da justiça, referiu não ter podido estar presente, mas sabia que foi abordado o tema das obras do tribunal, as quais, inexplicavelmente só agora iriam começar, e o da inexistência da instância de família e menores da comarca de Portalegre, no atual mapa judiciário. Tal facto derivava de erros casuísticos, cometidos por todo o país, relativamente a um mapa apressado e que se traduziu, única e exclusivamente, em encerramentos de tribunais. O que tinha acontecido com a instância de família e menores era grave, tendo em conta a especificidade da questão em apreço e tinha o seu exponencial máximo naquilo que estava a acontecer com o Tribunal da Ponte de Sôr, uma vez que não estavam a dar competências especializadas aos juízos nem instâncias personalizadas às comarcas. Portanto, a implementação do mapa judiciário no distrito de Portalegre resumiu-se, tão-somente, ao encerramento de tribunais. Relativamente à presença da Ministra da Administração Interna no juramento de bandeira da GNR, referiu que, para o atual governo, era um dado adquirido que a Escola de Formação da GNR seria para manter em Portalegre. Contudo, a questão era tão controversa que se tinha já visto uma associação corporativa, da própria GNR, a reivindicar o encerramento do quartel, alegando falta de condições do mesmo. O entendimento tanto do seu grupo partidário, como da própria GNR era que Portalegre era o local do país com melhores condições para o funcionamento de uma escola de formação da guarda. Portanto, qualquer intervenção política que houvesse, relativa à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

defesa da necessidade de melhoramento das instalações da escola da GNR, tinha de ser feita de forma cautelosa. Lembrou o facto de aquela localização da escola ter sido uma conquista de mandatos do PS e a potenciação das suas valências era um compromisso político do atual primeiro-ministro, que se mantinha em vigor. -----

Hugo Capote disse que o relatório municipal lhes suscitava algumas questões, as quais gostariam de colocar à Presidente da autarquia, nomeadamente, a relação do Museu de Tapeçarias com a proprietária da Manufatura. Em segundo lugar, perguntou à Presidente o que é que tinha acontecido nos últimos três meses relativamente à Fundação Robinson, perguntando o que poderia adiantar aos membros daquela Assembleia, sobre o destino da Fundação. E, por último, quanto ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, questionou se havia, ou não, a intenção do executivo auscultar a oposição e de reunir com o Secretário de Estado e os organismos centrais Afinal, terminando por perguntar o que é que faltava para cumprirem com a obrigação de apresentarem o orçamento de 2016. -----

Cristóvão Crespo disse concordar com a estrutura do relatório em causa e congratulava-se com as obras na estrada entre a Alagoa e Castelo de Vide e com a questão da reabilitação urbana. Relembrou que em relação à última assembleia extraordinária, nada mais foi dito sobre os pontos retirados que tinham ficado por agendar para uma próxima reunião. -----

A Presidente da Câmara, em relação à primeira questão, informou que, desde há dois anos, que têm vindo a estabelecer contactos com a Manufatura, de modo a arranjamem uma solução para o Museu. Foi também pedida ajuda a elementos da diáspora para fazerem um plano de divulgação e promoção da mesma. Também o Presidente da República, aquando da última visita, referiu que estava com o dossier em mãos, estando a ser elaborada uma proposta. Acrescentou que a Manufatura tinha inclusive uma proposta pronta para apresentar ao Município e ser alvo de análise. Por outro lado, tendo em conta a candidatura a património material da humanidade, já tinham começado a trabalhar no sentido de requalificar o Museu das Tapeçarias e aumentar o edifício contíguo que estava devoluto, para poderem ser expostas peças de grandes dimensões. O projeto em causa estava já a ser analisado pela Dr.<sup>a</sup> Vera Fino.

Relativamente à Fundação Robinson disse que a sua continuidade seria uma situação que tinha de ser profundamente discutida por todos, quer a nível da Câmara, quer da Assembleia Municipal. Contudo precisavam de ter mais dados, que embora já tenham sido inúmeras vezes pedidos, eram dados muito complexos, na medida em que tinham outro parceiro que apesar de não estar presente nos órgãos sociais, existia e era a Sociedade Corticeira Bros, S.A.. Como era sabido, a sociedade encontrava-se em insolvência mas ainda não tinham sido decretadas as duas insolvências da mesma, mas apenas uma. Os passos já dados, para além de reunir toda a informação, foram também pedir ao advogado da Câmara que analisasse, de forma jurídica, uma solução para a Fundação. Mais referiu que tem tentado encontrar ajuda junto do Governo, assim como pessoalmente, junto do Ministro da Cultura tendo solicitado a este uma audiência para falarem sobre aquela questão. Salientou o facto da Fundação Robinson, ao contrário de outras, não ter apoios estatais, apenas o apoio da Câmara de Portalegre e que como financeiramente a autarquia não estava





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

saudável, tal situação se refletida na própria Fundação. Acrescentou que havia ainda outra questão que não se podia ignorar, que era o ICTVR. Portanto, era urgente discutir e esclarecer aquelas questões com os vereadores e agendar para uma futura reunião da Assembleia. No entanto, perante as abordagens já feitas ao advogado, tinha dado para perceber que não se poderia fazer uma leitura superficial da questão, pois as implicações eram muito grandes. Quanto à questão do Orçamento e das Grandes Opções, lembrou que o último orçamento ali apresentado tinha sido elaborado na perspectiva de se ir ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), mas com o IMI a 0.4 e havendo reestruturação da dívida. Contudo, sem haver reestruturação da dívida, dificilmente a Câmara conseguirá equilibrar o próximo orçamento mas, obviamente, que cabe ao executivo apresentá-lo. Naquele sentido, referiu que últimos três meses foram obrigados a alterar todos os planos que tinham feito, principalmente com os grandes credores (Águas de Lisboa e Vale do Tejo e Valnor). A proposta que fizeram às Águas para um novo plano de pagamento ainda não tinha obtido resposta. Houve também dúvidas relativamente à questão de algumas dívidas inscritas em sede de orçamento, que diziam respeito à Caixa de Crédito Agrícola, mas ainda estavam à espera de resposta do Tribunal de Contas, referente ao saneamento financeiro. Salientou que no saneamento financeiro existia uma tranche em atraso, a qual, sem a reestruturação da dívida, tinha que cair no limite de tempo que a autarquia tinha para sanar completamente a sua dívida. Portanto, não podiam ir para além do prazo que já estava contratualizado e o que se fez foi tentar negociar com o banco e pedir autorização para que o milhão de euros em atraso fosse subdividido por cinco anos, embora com um acréscimo de 200.000€, em cada ano. A Câmara precisa do aval do Tribunal de Contas e após lhes terem enviado todo o processo, o Tribunal veio colocar oito questões, uma vez que se tratava de uma alteração ao contrato inicial. Mais disse que as questões já foram respondidas e só o Tribunal de Contas é que irá ainda dizer se o orçamento será viável, ou não. Informou ainda que tinha recebido há poucos dias a notícia de que tinha sido levantada a sanção à Câmara Municipal, por incumprimento da Lei das Finanças Locais, uma vez que se tinha conseguido cumprir aquilo que estava estipulado por lei. Segundo as suas contas, a autarquia estava no intervalo entre 1.5 e 2.25 e perante tais dados, a moção apresentada atualmente pela CLIP era extremamente importante. Em conclusão, fez um apelo a quem estava na Assembleia da República para que intervisse no sentido de olhar para os Municípios que se encontravam naquele intervalo, porque os mesmos não tinham qualquer mecanismo de apoio para a reestruturação da dívida, mas ao mesmo tempo estavam a cumprir com aquilo que estava estipulado na lei, no sentido de diminuírem a dívida em 10% do excesso de limite de endividamento. Por último e em relação aos pontos que foram retirados, não podiam ser novamente agendados porque não foram alterados e se-lo-ão apenas na sequência e no contexto do próximo Orçamento e das GOP. -----

No uso da palavra, Luís Testa, quanto à abordagem anterior feita ao FAM, disse que a decisão de não adesão ao mesmo, por parte do Município de Portalegre, foi uma decisão correta. Dos vários municípios que recorreram ao FAM apenas um viu a sua candidatura aprovada e, nos últimos dias, até o Município de Aveiro viu a suacandidatura reprovada. O FAM era um instrumento que foi lançado com muita pompa e circunstância, mas que se revelou completamente despropositado para as autarquias que se encontravam em situação de a ele recorrer, pois era muito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

penalizador e mesmo para as que o entendiam como a única salvação possível se veio a demonstrar um logro total. A seu ver, todos os Municípios que se encontravam em situação semelhante à do Município de Portalegre deveriam, junto da tutela, encontrar os mecanismos de solvabilidade mais adequados, correspondendo às verdadeiras necessidades dos mesmos. -----

A Presidente da Câmara fez questão de salientar que o recurso ao FAM, embora não lhe agradasse era a única solução. A Câmara estava atualmente numa situação mais confortável porque conseguiu descer o valor da dívida e, portanto, mesmo que agora quisessem aderir ao FAM, tal não seria possível, pois não existia mecanismo entre o já referido intervalo de 1.5 a 2.25. Contudo, as Camaras que se encontravam naquele intervalo continuavam sem estar saudáveis, financeiramente. Portanto, o Governo deveria equacionar as diversas situações e encontrar um mecanismo de apoio, principalmente para as que conseguiram demonstrar, até à data, que tinham conseguido baixar o excesso de endividamento. -----

Solicitando o uso da palavra, Raúl Cordeiro disse que as palavras da Presidente da autarquia denotavam falta de motivação da mesma para continuar a baixar o endividamento e que lhe parecia que a Presidente preferia ter recorrido ao famigerado FAM. Era provável que a partir de determinado limite da dívida, passasse a contar mais a gestão do dia a dia do que propriamente o recurso a outros instrumentos financeiros. Perguntou à Presidente da Câmara se dos esforços da regularização de dívida que disse ter feito em quanto resultou a renegociação com as entidades implicadas. Perguntou, ainda, quais tinham sido propriamente as diligências feitas em relação ao ICTVR? Por último, disse não se lembrar de ter visto alguém da Assembleia Municipal contra a Fundação Robinson. A história atual daquela Fundação tinha de ser ali feita, porque a mesma não tinha só contornos materiais, mas também contornos políticos e que, da parte do PS, não iriam encontrar ninguém desfavorável a uma solução para a dita fundação. -----

Cristóvão Crespo que interveio de seguida disse que não foi feita nenhuma referência ao relatório dos SMAT e que só assim lhes era possível fazer uma retrospectiva dos vários setores. Quanto ao estacionamento subterrâneo, referiu que não constavam os movimentos financeiros e no estacionamento de superfície não havia nem resultados operacionais nem financeiros. Perguntou se de futuro seria possível o relatório podia conter toda aquela informação, necessária para apreciação de todos ali presentes ---

Devolvida a palavra à Presidente da Câmara, a mesma salientou, quanto ao orçamento, que a sua preocupação com a dívida também tinha a ver com a sanção aplicada à autarquia e, obviamente, que se congratulava, com o trabalho feito e o facto de a sanção ter sido levantada. E deixou expresso que se o Estado podia renegociar a dívida diretamente, porque é que as autarquias não o podiam fazer, desde que existissem parâmetros de controlo. Não concordava que as autarquias fossem penalizadas pelo facto de não podem reestruturar as suas dívidas. A Câmara de Portalegre tinha de reivindicar a situação se efetivamente quisesse recorrer aos fundos comunitários, pois só assim poderá haver margem de manobra para investir na cidade e no concelho. Voltou a afirmar que ainda não tinha a resposta de ninguém e o problema era que a Câmara estava a tentar negociar e do outro lado diziam não.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portanto, naquele momento, a apresentação de um orçamento seria um exercício virtual, pois seria o resultado dos dados queridos pela autarquia e não dos dados que os outros credores estavam a querer. A negociação ainda não tinha terminado. Relativamente ao ICTVR, informou que, em termos de candidaturas e da CCDR, já tinha passado o período necessário por lei para que os relatórios fossem aceites. Atualmente, poderiam equacionar a questão ICTVR de uma forma diferente e já tinha reunido com os vereadores, o Presidente do Instituto Politécnico e o seu advogado, bem como com o advogado da Câmara, no sentido de equacionarem uma solução. Já tinham havido pessoas interessadas em pegar no ICTVR. Obviamente que as propostas teriam de ser analisadas mas, finalmente, havia esperança na resolução da questão. Quanto à questão do relatório dos SMAT, disse que ia apelar aos serviços para o efetuarem e enviarem, de forma a estar acessível na próxima reunião. -----

Hugo Capote perguntou se deveria depreender das palavras da Presidente da Câmara, que não estava decidida a extinção da fundação Robinson questionando se a decisão sobre o futuro da mesma passaria, ou não, por uma eventual assembleia extraordinária, marcada para o efeito. Pretendeu colocar uma questão final: se o executivo tinha, ou não, orçamento para o corrente ano. Perante o que disse a Presidente ficou claro que o orçamento não estava só nas mãos do executivo em permanência, porque face às dúvidas que eram necessárias esclarecer para poderem elaborar o orçamento, ainda mais importante lhe parecia integrar a oposição na discussão, para que depois não se chegasse ao fim e percebessem tardiamente que afinal precisavam de outros votos. -----

A Presidente disse que todos os planos de pagamento tinham ido à reunião de Câmara. Portanto, algumas das dúvidas decorriam exatamente da Câmara Municipal. Todos os vereadores concordaram que se devia tentar perceber a fundo as questões e queriam que houvesse consenso. Não adiantava estar a apresentar um orçamento de uma única perspetiva, em termos unilaterais, sem que depois houvesse do outro lado uma aceitação dos planos colocados em cima da Mesa, tendo também em conta que os montantes envolvidos eram elevados. -----

### **2 - Ata n.º 19, relativa à reunião realizada em 28 de dezembro de 2015;**

Presente a ata n.º 19, relativa à reunião realizada em 28 de dezembro de 2015. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou aprovar a respetiva ata por maioria, em 26 presenças (Luís Testa não estava na sala), por 18 votos a favor e 8 abstenções (Constantina Henriques, António Parente, Eugénio Barbosa, Diogo Júlio, Ana Carneiro, João Cardoso, Marília Lacão e Joaquim Rebelo).-----

### **3 - Relatórios de execução das competências transferidas pelos acordos de execução com as Juntas de Freguesia, do ano 2015**

- Deliberação da Câmara de 23.12.2015 -

Relativamente aos relatórios de execução das competências transferidas pelos acordos de execução com as Juntas de Freguesia, do ano 2015, e tendo-se a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presidente levantado e saído da sala, foi perguntado ao Vereador António Landeiro se se queria pronunciar sobre os mesmos perante o Plenário, tendo o mesmo dito que o relatório espelhava o que tinha sido feito por parte das respetivas Juntas de Freguesia, descrevendo o que efetivamente tinha sido feito, de acordo com as competências delegadas. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo referiu que aqueles eram relatórios da execução física e não estavam acompanhados dos relatórios financeiros. Perguntou por isso se os montantes relativos aos acordos de execução tinham sido pagos. No seu entender disse que as assembleias de freguesia também poderiam ter dado um contributo aos relatórios, na medida em que nada era referido sobre as mesmas, em termos de apreciação dos mesmos. -----

O membro Raúl Cordeiro sugeriu que fosse introduzida uma melhoria no próprio reporte da execução feita, para além da inclusão da execução financeira, passando o mesmo a conter um indicador quantitativo mais conclusivo, sobre o nível de execução nas várias freguesias. -----

O Vereador Landeiro esclareceu que o relatório em causa tinha sido elaborado pela primeira vez e que poderia ser aperfeiçoado. Quanto ao pagamento estava previsto que se realizasse em duas tranches, mas, acrescentou, não tinham havido condições, por parte da autarquia, para que se tivesse pago o acordo de execução em 2015. Quanto à questão da situação financeira, disse não ser fácil de quantificar, pois havia muito trabalho de recursos humanos, sendo difícil de acertar. Contudo, se fosse possível, iriam criar um modelo do qual constasse a execução financeira. Mais referiu que fazia todo o sentido que os executivos das juntas levassem os respetivos relatórios às assembleias de freguesia. Por último, informou que no próximo ano seria introduzido o serviço de fiscalização, de modo a haver um acompanhamento do trabalho feito, que vá de encontro àquilo que era desejado. -----

No uso da palavra, João Janeiro disse que se a sua freguesia metesse somente os trabalhos relacionados com o acordo de execução, teriam reduzido o conteúdo do que ali ia mencionado, uma vez que estavam também englobados outros trabalhos, feitos na freguesia. Quanto à assembleia de freguesia, nas suas era explicado, no geral, o que era feito durante cada período. Referiu que não seria fácil discriminar todos os pormenores, com os meios que tinham. -----

Não sendo este ponto para votar mas apenas para conhecimento e apreciação dos membros passou-se ao ponto seguinte.

#### **4 - Proposta de aditamento aos acordos de execução com as Juntas de Freguesia, para o ano 2016;**

- Deliberação da Câmara, de 23.12.2015 -

Presente as propostas de aditamentos aos acordos de execução celebrados com a Junta de Freguesia de Urra e com a União de Freguesias de Ribeira de Nisa e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Carreiras e dada a palavra ao Vereador António Landeiro, uma vez que a Presidente ainda não havia regressado à sala, este informou que se tinha constatado que havia dois acordos de execução que não tinham a mesma redação dos outros e o que fizeram foi verificar as propostas da freguesia da Ribeira de Nisa e da Urra, para uniformizar e ficar definido o texto do acordo. A proposta em causa não condicionava o montante da verba e respeitava os anos do mandato. -----

O membro Rui Simplício referiu que os acordos implicavam um envelope financeiro e pretendeu saber se ali o envelope financeiro era o mesmo que estava previsto de início -----

O Vereador Landeiro esclareceu que só tinha havido mesmo correção do texto, para que ficassem uniformizados com os outros acordos de execução. -----

Não tendo havido mais intervenções por parte dos membros, o assunto foi colocado a votação.

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 presenças (Luís Testa não estava na sala) aprovar o assunto. -----

### **5 - Plano Diretor Municipal de Portalegre - Correção material ( artigo 112º. Do RJIGT ) - planta de condicionantes;**

- Deliberação da Câmara de 14.12.2015 -

Presente a deliberação da Câmara que aprovou a correção material da planta de condicionantes do PDM e dada a palavra à Presidente que por sua vez a deu ao Vereador Nuno Santana para melhor esclarecer a Assembleia, aquele informou que o assunto tinha a ver exclusivamente com a correção material da planta de condicionantes das áreas ardidadas na qual era interdita a construção nas mesmas, por um período de 10 anos. -----

Não tendo o assunto suscitado dúvidas à Assembleia foi colocado a votação. -----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, (Luís Testa não estava na sala) aprovar o assunto. -----

### **6 - Estratégia de reabilitação urbana para a execução de uma operação de reabilitação urbana ( ORU ) - Alegrete;**

- Deliberação de 14.12.2015 -

Presente a deliberação da Câmara Municipal relativamente à Estratégia de Reabilitação Urbana, para executar uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU), em Alegrete e dada a palavra à Presidente que por sua vez a deu ao Vereador Nuno Santana, para melhor esclarecer a Assembleia, aquele informou que a questão em análise ia na sequência da estratégia urbana para Portalegre e do que tinha sido implementado na zona histórica, lembrando que já tinham sido deliberados, em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

reunião de Câmara e Assembleia, os incentivos. Aquele era o passo seguinte que faltava para a vila de Alegrete. -----

Não havendo intervenções da Assembleia foi colocada a votação a retirada do ponto.

**Deliberação:** a Assembleia Municipal, em 26 presenças (Luís Testa não estava na sala) deliberou aprovar o assunto, por unanimidade.

### **7 - Casa do Povo de Alagoa - Isenção de Taxas;**

- Deliberação da Câmara Municipal de Portalegre, de 08.02.2016 -

Presente a deliberação de isenção de taxas, à Casa do Povo de Alagoa, relativa à operação de loteamento (alteração ao alvará n.º 1/2008), sito na Rua Barreiro das Varandas, 48, na freguesia de Alagoa, (n.º 2 do art.º 16.º do RMUETCU) foi dada a palavra à Assembleia.

Não tendo havido intervenções o assunto foi colocado a votação. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, (Luís Testa não estava na sala) aprovar a isenção. -----

O membro Luís Testa regressou entretanto à sala.

### **8 - Relatório de atividades de 2015 e Plano de Ação para 2016 da comissão de proteção de crianças e jovens (CPCJ) - Para conhecimento**

- Deliberação de 22.02.2016 -

Presente Relatório de atividades de 2015 e Plano de ação da CPCJ, para 2016.

A Câmara Municipal tomou conhecimento de ambos na sua reunião de ..... -----

Sobre este assunto a Presidente da Mesa informou os presentes que na Conferencia de Representantes se tinha suscitado a questão de saber se doravante a Presidente da CPCJ estaria disponível para estar presente na sessão da assembleia em que tais instrumentos fossem apresentado e naquela sessão da Assembleia, para dar aos presentes mais esclarecimentos para além dos que resultam dos números do relatório e também para ficarem a saber quais as condições de trabalho da CPCJ.

Nesse contexto, a Presidente da Mesa disse que de futuro poderia tentar que a mesma estivesse presente, querendo, e que apesar de ser praticamente em cima da hora ainda contactou a Dr<sup>a</sup> Carla Ferreira, para ver se poderia e queria estar presente para prestar os esclarecimentos que a Assembleia entendesse necessários. Mais disse que a Dr<sup>a</sup> Carla Ferreira manifestou toda a abertura e disponibilidade para de futuro o vir a fazer e que só vinha a esta sessão porque como vivia em Nisa e não se tinha articulado com o marido que trabalha fora não podia estar presente por não ter onde deixar os filhos. Todavia, a Presidente da Mesa, dada a sua presença naquela Comissão podia adiantar aos presentes de uma forma muito resumida que as problemáticas mais significativas a nível do distrito, na CPCJ de Portalegre, eram o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

abandono escolar e a violência doméstica entre progenitores, presenciada pelas crianças. Em termos de volume processual disse que a CPCJ tinha trabalhado no ano em questão, 2015, 99 processos e que destes existiam 38 ativos, que tinham transitado para 2016. Para além destas situações surgiram novas situações que exigiram novas respostas, nomeadamente a apoios financeiros dados a famílias. Quanto às condições de trabalho disse que a CPCJ as considerava bastante boas. -----

Raúl Cordeiro pediu a palavra para dizer que este tipo de assuntos deveria ser encarado por todos de uma forma mais cuidada. O que interessava não eram propriamente os números, mas sim as pessoas por detrás dos números. Teria sido bom que, mais do que um relatório em papel, se tivesse ouvido a sensibilidade de quem trabalhava no dia a dia com os casos, que lhes dissesse o que é que se poderia fazer mais, para além das discussões de natureza política e material, para serem dadas melhores respostas a quem precisava. -----

O membro Cristóvão Crespo também concordava que fosse mais rica a apresentação do relatório por alguém, do que ter que o ler todo, uma vez que era a nível nacional.

A Presidente da Mesa referiu que o modelo de relatório enviado á assembleia estava legalmente definido e era usado por todas as CPCJ para facilitar a comparabilidade mas que para o ano iria providenciar para que estivesse ali presente a Presidente da Comissão de Proteção de Menores, de modo a que todos pudessem ficar mais esclarecidos. -----

Não sendo o ponto para votar passou-se ao ponto seguinte.

### **9 - Juízes sociais - indicação de 10 cidadãos.**

- Despacho de 11.12.2015 da Presidente da Câmara-

O presente ponto suscitou de imediato pedido de intervenção por parte do PS. Raúl Cordeiro perguntou qual tinha sido o exercício que presidiu à sugestão de que fossem 9 funcionários da Câmara e 10 da Assembleia Municipal. No entanto, atualmente já havia 26 pessoas designadas para o efeito, embora não se soubesse quem eram. Mais disse que a Assembleia só poderia pronunciar-se e votar uma lista de pessoas que conhecesse na totalidade. E que a seu ver faltavam ali elementos para ser tomada uma decisão acertada sobre a questão. Sugeriu que o ponto fosse retirado.

A Presidente da Mesa informou que o assunto foi agendado em função do despacho da Presidente da Câmara, exarado na informação n.º 3630/15, que remetia o assunto a Assembleia.

Começando pelo principio disse que da leitura dos documentos anexos, resultava que o Tribunal tinha enviado um e-mail à Camara Municipal, no qual solicitava à Presidente da Câmara que desse início ao procedimento de abertura de candidaturas a juízes sociais.

Disse ainda que um procedimento de abertura de candidaturas assenta no pressuposto de que os cidadãos do Município, abertas as candidaturas e se considerassem com perfil para juízes sociais, se candidatassem, e não que se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

escolhessem pessoas determinadas, o que desde logo importa que quem se quer candidatar pode não o poder fazer porque entretanto já foram escolhidas certas pessoas.

Ora o que resultava dos documentos é que o procedimento não seguiu este curso e que não existiam candidaturas, o que significava que o processo a montante estava viciado. Além do mais as pessoas indicadas podiam até não se considerar com vontade, com capacidade ou perfil, para serem juizes sociais.

Portanto, do seu ponto de vista, entendia que o processo deveria ser retirado e devolvido aos serviços, de forma a que estes seguissem a legislação que regulamentava as candidaturas em causa. -----

No uso da palavra, João Cardoso solicitou esclarecimento sobre como é que eram indicadas nos anos anteriores as pessoas para a lista em questão. -----

No uso da palavra, Hugo Capote referiu que nos anos anteriores se havia feito inquirição junto da sociedade civil portalegrense para que indicassem os nomes para a referida lista. E que este ano, os nomes indicados não foram suficientes e que ficaram a faltar dezanove. Contudo, restava saber se abertas as candidaturas haveria interessados em ser juizes sociais.

A Presidente da Mesa salientou que a dizia a legislação dizia que “a nomeação é procedida da apresentação de candidaturas, a fazer durante o mês de maio do ano em que se completa o biénio relativo à anterior designação.”

Questionada sobre se os anteriores juizes se mantinham em funções disse que, naquele caso concreto, com a reorganização judiciária os mandatos dos juizes sociais tinham cessado, mas que os juizes sociais continuavam em exercício.

Portanto, como candidatura não é nomeação à cabeça, se a lei prevê um processo de recrutamento, parecia-lhe que o mesmo deveria ser observado, na sua origem. -----

Luís Testa perguntou se aqueles juizes sociais correspondiam a toda a área da comarca de Portalegre. -----

A Presidente da Mesa disse que correspondiam ao Município. Adiantou o Conselho Superior de Magistratura já se tinha pronunciado sobre o assunto tendo vindo esclarecer que “O universo de recrutamento de juizes sociais, para o exercício de funções na jurisdição de menores e a entidade organizadora do recrutamento, para efeitos do art.º 31.º, do Decreto-Lei nº 156/78, é delimitado pelo município, sede da instância central ou local a prover.”-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse tratar-se de mais uma gafe do mapa judiciário, porque as anteriores comarcas tinham uma delimitação territorial mais diminuta. Portanto, no caso porque a sede da instância central era Portalegre o universo restringia-se a cidadãos residentes na área do Município de Portalegre-----

A Presidente da Mesa disse ainda que tal decorria do art.º 31.º do Decreto-Lei 156/78, que entretanto leu e que estabelecia que “Os juizes sociais que hão-de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

intervir nas causas das competências dos tribunais de menores são nomeados de entre os cidadãos residentes na área do município da sede do respetivo tribunal, nos termos dos artigos seguintes.”

Discutida a questão, a Presidente da Mesa referiu que do seu ponto de vista o procedimento não estava conforme a legislação existente e, portanto, propunha a retirada daquele ponto, para adequação ao previsto na lei ao que a Assembleia concordou. ....

Foi então votada a retirada do mesmo, para correção do procedimento em conformidade com a lei.

**Deliberação:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, retirar o ponto para correção. ....

Nesta altura saiu da sala o membro Jorge Isidro.

**10 - Concurso público para fornecimento de energia elétrica/2016 - 2017.**  
- Deliberação de 22.02.2016 -

Presente a deliberação da Câmara, por unanimidade, que aprovou a abertura de concurso público para fornecimento de energia elétrica às instalações propriedade ou em exploração pelo Município de Portalegre, que careçam de alimentação de energia elétrica, quer seja em média tensão, baixa tensão normal ou especial, incluindo os locais de consumo de iluminação pública e/ou decorativa para os anos de 2016 e 2017, com preço base previsto de 2.100.000€ (dois milhões e cem mil euros), durante 24 meses, a Presidente da Mesa perguntou aos membros da Assembleia se queriam intervir sobre a mesma .....

Luís Testa solicitou a palavra e disse que gostaria de obter da parte da Senhora Presidente uma nota explicativa sobre a matéria em causa, porque a Secretaria de Estado da Energia já tinha dado nota de que havia diligências no sentido de promover uma alteração das regras do concurso público para o fornecimento de energia elétrica. ....

O Vereador Nuno Santana, a quem a Presidente deu a palavra, informou que o objetivo do concurso era entrarem no mercado liberalizado, prevendo-se com essa entrada reduções nos gastos energéticos, com ganhos na ordem dos 5 a 10%, para os edifícios de iluminação pública. Mais disse que, até então, a Câmara não tinha concorrido, mas que face à poupança previsível decidiu iniciar o procedimento para tal. Disse ainda desconhecer que estivessem em curso alterações concursais. ....

No uso da palavra, Cristóvão Crespo perguntou se o objeto do concurso não iria para além de 2017, uma vez que estavam indicados 24 meses de duração. ....

A Presidente da Câmara disse tratar-se de um concurso internacional, devido aos montantes envolvidos e era por dois anos (2016 - 2018). ....



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote perguntou se era possível abrir-se aquele concurso sem que a Câmara tivesse o orçamento já aprovado. -----

A Presidente da Câmara informou que o mesmo teria cabimento no orçamento corrigido, que estava a ser trabalhado.-----

Não se tendo suscitado mais questões o ponto foi colocado a votação.

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, em 26 presenças, aprovar o mesmo por 24 votos a favor e 2 abstenções. -----

### **11 - Adesão da Assembleia Municipal de Portalegre ao AMALENTEJO e participação no congresso, a realizar dia 2 de abril, em Tróia;**

Introduzido o ponto à discussão, Diogo Júlio, de acordo com o que inicialmente já havia dito, voltou a reiterar a importância, do seu ponto de vista, da adesão daquela Assembleia Municipal de Portalegre ao AMALENTEJO, por considerar aquele o espaço ideal para reflexão e debate dos Municípios e entre os Municípios, particularmente com os do interior. O Alentejo sofria dos problemas que todos sabiam e salientou que a cada dia que passava se perdiam 9 habitantes. Perante esta realidade um grupo de personalidades e entidades entendeu ser necessário tomarem-se medidas, de modo a travar e a inverter a situação. O AMALENTEJO é um movimento democrático e plural pelo desenvolvimento do Alentejo composto por autarcas e tinha previsto a realização de um congresso em Tróia, no qual se pretendia homenagear o poder local democrático, o trabalho desenvolvido por todos os órgãos autárquicos e também criar condições para que, por um lado possa ser completado o poder local democrático com as associações administrativas e, por outro lado, criar condições para haver uma política nacional de desenvolvimento regional, ajudando a resolver alguns dos problemas do Alentejo. Mais referiu que no concelho de Portalegre existia um conjunto de entidades e autarquias (CMP) que faziam parte, quer do AMA, que do congresso, e entendiam que seria importante que a Assembleia Municipal, enquanto órgão, aderisse ao AMALENTEJO e se inscrevesse para participar no congresso fazendo-se representar. Também gostariam que fosse feito o desafio a todos os presentes e autarcas para que em nome individual aderissem ao AMALENTEJO e à participação no congresso. O salto em frente só será possível com a participação de todos. Posto isto leu uma proposta que a CDU tinha sobre o mesmo assunto:

“O Alentejo continua a sofrer as consequências da sua interioridade e das políticas que têm apostado na litoralização da economia e dos investimentos.

Em cada dia que passa, o Alentejo perde 9 habitantes, colocando-se já a diminuição e envelhecimento da população, como o principal problema que afeta o nosso território.

Diversas personalidades e entidades da região, agrupadas num espaço de discussão e ação que denominaram AMALENTEJO, propõem-se combater as políticas que originam a situação que sofremos e, para tanto, convidaram todos os alentejanos e alentejanas e o poder que lhes dá está mais próximo: as autarquias locais.

Entre as iniciativas já agendadas, propõem-se realizar, em Tróia, no próximo dia 2 de abril, dia em que a Constituição da República Portuguesa cumpre o seu quadragésimo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aniversário, um Congresso que possa homenagear o Poder Local Democrático, reafirme a necessidade de constituir o Pilar ainda não concretizado desse poder - as Regiões Administrativas - e reivindique políticas de desenvolvimento regional capazes de inverter a situação atual.

A Comissão Promotora do AMALENTEJO convidou todas as autarquias do Alentejo a integrarem-se neste movimento e a contribuïrem para, em conjunto, podermos alcançar o desenvolvimento que queremos e merecemos.

No nosso distrito já muitas entidades e personalidades se integraram neste movimento, entre as quais a Câmara Municipal de Portalegre e a CIMAA, mas importa que ninguém fique de fora.

O Grupo Municipal da CDU, na Assembleia Municipal de Portalegre, propõe:

1. Que a Assembleia Municipal de Portalegre adira ao AMALENTEJO e convide todos os seus membros a aderirem individualmente;
2. Que a Assembleia Municipal decida inscrever-se e participar no Congresso convocado para o dia 2 de abril, em Tróia.” -----

No uso da palavra, Luís Testa lembrou que o Alentejo era das zonas mais desfavorecidas do País e a que sofria mais com as assimetrias e que, provavelmente, tinha maiores dificuldades na sua estrutura. De entre os vários distritos, Portalegre era talvez o distrito que via tais problemas serem revelados de forma mais superlativa. No seu entender, os portalegrenses, em geral, já não se bastavam a eles próprios e deveriam participar em todos os movimentos à escala regional, por forma a sobrelevar a importância da questão. Por último, referiu que o PS, no distrito de Portalegre, encarava de forma positiva a participação proativa de todos nas plataformas que desenvolviam trabalhos à escala regional. Portanto, acompanhavam de forma positiva a proposta apresentada pela CDU. -----

O membro João Cardoso, em nome da CLIP, salientou que achavam também importante a mobilização das forças locais para participar naquele congresso. Apesar de já saberem que o executivo estava envolvido na promoção do AMALENTEJO, entendiam que faria todo o sentido que a Assembleia Municipal aderisse ao movimento e promovesse a divulgação do mesmo. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar a adesão da Assembleia Municipal ao AMALENTEJO, ficando a adesão e participação individual para decisão de cada um. -----

### **Aprovação em minuta:**

A Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos 26 presentes na sala. -----

**FALTAS:** Faltou o membro Manuel Marques (em substituição de Vera Caixeiro). -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da Mesa, encerrada a 13.<sup>a</sup> sessão ordinária da Assembleia Municipal, era 01.05 h, do dia 01 de março do ano de 2016 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.-----